

Não queremos a revisão de Beijing

De ontem (1) até o dia 12 deste mês acontece em Nova York a Reunião da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher da ONU (CSW, em inglês) na qual a ONU irá se definir ou não pela revisão formal da Plataforma de Ação de Beijing. Redes feministas dos quatro cantos do planeta vêm resistindo à idéia de uma revisão dos acordos que, no atual contexto, com certeza nos levaria à grandes ameaças de retrocesso. Aceitasse, portanto, uma avaliação da execução da Plataforma, mas não uma revisão dos acordos estabelecidos.

Para nós brasileiras, o desafio é maior, diante da articulação de setores religiosos fundamentalistas internacionais que além de estarem trabalhando por uma proposta de revisão, buscam trazer o evento da ONU para o Brasil.

A secretaria executiva da AMB obteve no ano passado, em audiência com a ex-ministra Emília Fernandes, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o compromisso de não aceitação desta proposta e está agora enviando carta de posição à CSW com esta informação. Esta é a forma de estarmos em defesa da Plataforma Política feminista, que posiciona-se pela implementação de todos os compromissos firmados internacionalmente pelo governo brasileiro. Não queremos revisão de Beijing, não queremos esta reunião no Brasil.

Plano Plurianual

Fortalecer o poder da sociedade civil e pressionar por políticas com orçamento

Guacira C. de Oliveira representou a AMB, dia 20 de fevereiro passado, em reunião da Inter-Redes que foi realizada com o intuito de enfrentar um novo contexto no processo do Plano Plurianual: a rejeição do relatório do PPA por parte da comissão Mista do Orçamento e a designação de novo relator para a comissão (deputado Sibá Machado, PT / AC), alinhado com posições a favor do ajuste e a manutenção do superávit.

No momento atual, uma estratégia das organizações do espaço Inter-Redes (entre as quais a AMB), é a de estabelecer negociação com o novo relator, para que acolha as emendas propostas pela sociedade civil.

No presente contexto pré-conferência de políticas para mulheres, este é mais um exemplo da importância de fortalecer a articulação do campo feminista, organizando e potencializando nossa capacidade de negociar e pressionar por prioridades de políticas - com orçamento - que efetivem a justiça social no país e, com ela, os direitos para todas as mulheres. A este respeito, é bastante oportuno o artigo de Sueli Carneiro sobre contrapoder (veja na seção Contextos).

Apoio à Resolução Brasileira pela livre orientação sexual

Será discutida e votada entre 15 de março e 23 de abril, em Genebra, durante sessão da Comissão de Direitos Humanos da ONU, proposta de Resolução do governo brasileiro que defende e afirma a diversidade sexual como princípio a ser considerado entre os Direitos Humanos Universais.

A proposta, já apresentada pelo Brasil na ONU em abril de 2003, convoca os governos a uma tomada de posição frente às violações dos direitos de lésbicas, gays e transgêneros. Se aprovada, a Resolução será um importante instrumento na luta contra a discriminação e a violência praticada pelo fato de a pessoa ser lésbica ou gay, na medida que estes atos passarão ser reconhecidos na comunidade internacional - e para os governos - como atentados aos direitos humanos.

Repercussões

A proposta também demonstra a disposição do governo brasileiro de implantar políticas que enfrentem a situação de violência no Brasil - país onde mais se comete crimes por homofobia. Em abril do ano passado, quando foi pela primeira vez apresentada, a Resolução provocou duas importantes repercussões: apoio de países da Europa Ocidental e forte obstrução de países ligados à Organização dos Estados Islâmicos e do Vaticano.

De acordo com Neuza Melo, uma das integrantes do Comitê de Apoio à Resolução Brasileira, neste momento é muito importante apresentar manifestações de apoio ao governo brasileiro através de cartas, passeatas e outras formas de mobilização social. Além do Itamaraty, ela sugere fazer contato com a Frente Parlamentar pela Livre Orientação Sexual, do Congresso Nacional.

No âmbito internacional, foi criado por ILGA - Associação Internacional de Gays e Lésbicas, um site que está recolhendo assinaturas (www.brazilianresolution.com), onde também é possível deixar endereço de correio eletrônico para recebimento de notícias sobre o assunto. No Brasil, mais informações com Neuza Melo, pelo e-mail: ncmelo@uai.com.br.

CNDM debate Conferência Nacional

Aconteceu dias 16 e 17 de fevereiro passado a primeira reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, sob a presidência da ministra Nilcéa Freire. Destaca-se, entre os resultados da reunião, o debate sobre a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com a alteração dos prazos para cada etapa da Conferência e a definição dos nomes da comissão organizadora nacional.

Schuma Schumacher, conselheira que representa a AMB no CNDM, Nilza Iraci (Articulação de Mulheres Negras Brasileiras), Nalu Faria (Marcha Mundial de Mulheres) e Eline, da União Brasileira de Mulheres, foram as representantes da sociedade civil indicadas para a comissão. Representam o governo: a ministra Nilcéa Freire, a vice-ministra Maria Laura e três subsecretárias da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).

O CNDM também indicou duas conselheiras da sociedade civil para acompanhamento da Comissão de Redação do documento do governo, que será lançado para debate nas conferências estaduais. Foram indicadas Ednalva Bezerra, da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, da CUT; e Lia Zanotta, da Rede Nacional Feminista de Saúde.

Declaração

Outro ponto importante na pauta do CNDM foi planejamento familiar. No início deste ano, Schuma Schumacher, representante da AMB, liderou a elaboração de uma carta das conselheiras do CNDM dirigida à então ministra Emília Fernandes. Este posicionamento da AMB, construído em debate na coordenação nacional e na secretaria executiva da Articulação repercutiu na pauta dessa primeira reunião com a nova ministra, Nilcéa Freire. Ao final do debate sobre o tema do controle da natalidade as conselheiras elaboraram uma declaração pública dirigida ao governo e à sociedade (confira na seção CONtextos).

Mais informações em: www.planalto.gov.br/spmulheres ou através de contato com Jurema Chagas ou Dirce Grösz da SPM, fones (61) 2104 9372 e 21049361; fax: (61) 21049355 ou pelo e-mail: conferenciamulheres@spmulheres.gov.br.

Confira os novos prazos da Conferência

- A **Conferência Nacional** foi transferida para dias 15, 16 e 17 de julho de 2004, na Academia de Tênis, em Brasília.
- O período para a realização das **Conferências Estaduais** será entre 19 de abril e 30 de maio. Nessas conferências serão eleitas as delegadas para o evento nacional e também discutidas as diretrizes para um plano nacional de políticas públicas para as mulheres.

Wilma Lessa

Luto no Fórum de Mulheres de Pernambuco pela morte da jornalista, teatróloga e feminista Wilma Lessa, dia 26 de fevereiro passado. Wilma era paranaense e atuou 20 anos no movimento de mulheres em Pernambuco, tendo contribuído para diversas conquistas das mulheres.

CONtextos

Anexamos a este *Articulando* artigo recém publicado da filósofa e feminista **Sueli Carneiro**, diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra. A autora considera que “para manter a pressão em favor daquilo a que a gente tem direito”, é necessário resgatar a “autonomia radical do protagonismo da sociedade civil em relação ao Estado e aos partidos”.

No segundo arquivo, o posicionamento do **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher** frente ao debate sobre planejamento familiar, ocorrido no início do ano. Confira o que pensam as conselheiras sobre a idéia de atrelar o planejamento familiar à garantia de benefícios sociais.

